

O Papel do Pai em Mudança (*)

MICHAEL E. LAMB (**)

Na última década e meia, o interesse público e dos técnicos pelos papéis desempenhados pelos pais no desenvolvimento dos filhos, aumentou grandemente. No princípio desta era de redescobrimto paterno, os psicólogos sustentavam que os pais poderiam ter um papel importante a desempenhar na educação da criança, apesar do seu envolvimento (relativamente ao da mãe) ser fortemente limitado. Os psicólogos puseram em causa os seguintes pressupostos: (1) que exista uma correlação directa entre o grau de envolvimento e o grau de influência dos pais e, (2) que as mães, se têm mais influência do que os pais, a tenham de modo exclusivo (ex: Lamb 1976, 1981c; Lynn 1974). Subsequentemente, o interesse pelos pais acentuou-se, através da descoberta pelos técnicos e população em geral, da «nova paternidade». O novo pai, imortalizado para muitos no desempenho de Dustin Hoffman em *Kramer contra Kramer*, é um participante activo, envolvente e empenhado em todas as dimensões dos cuidados e educação da criança. Como era de esperar, a convicção de que tais pais existem e proliferam, levou a mais especulação quanto à importância das influências paternas no

desenvolvimento da criança. Disto resultaram abundantes trocas retóricas acerca do novo pai; a retórica continua, infelizmente, a ultrapassar a análise séria. Ao fornecer uma breve panorâmica integrativa do papel ou múltiplos papéis desempenhados pelos pais, este capítulo tenta reparar esse desequilíbrio.

A tese apresentada aqui é a de que presenciamos a quarta de uma série de mudanças nas conceptualizações populares dos papéis e responsabilidades do pai. Hoje espera-se dos pais que estejam envolvidos mais activamente do que no passado nos cuidados da criança e, de forma modesta, o pai médio contemporâneo está, de facto, mais implicado do que o seu predecessor. Poderá ser no entanto um erro presumir que este envolvimento aumentado seja necessariamente benéfico em todas as circunstâncias familiares (Lamb, Pleck & Levine, 1985). Mais propriamente, para compreender como as crianças são afectadas por variações no envolvimento paterno, as circunstâncias individuais têm de ser consideradas.

No debate recente quanto aos papéis em mudança dos pais, grande parte da discussão centrou-se na sua participação crescente nos cuidados directos e na educação dos filhos. Esta nova perspectiva sublinha a passagem do interesse pelos pais como pessoas envolvidas primordialmente no sustento económico da família e eventualmente na disciplina e controlo dos filhos mais velhos (ex: Benson, 1968; Bowlby, 1951), para um ponto de vista que, cada vez mais salienta o papel que os pais têm nos cuidados directos da criança de qualquer nível

(*) Apesar de publicado inicialmente em 1986 (*The Father's Role: Applied Perspectives*, New York: Wiley), este texto ainda representa uma boa revisão sobre os aspectos relacionados com o papel do pai e por isso mesmo optámos por incluí-lo neste número sobre as relações parentais (Nota do Editor).

(**) National Institute of Child Health and Human Development, BSA Building, Room 331, 9190 Rockville Pike, Bethesda, MD 20814, USA.

etário. Para apreciar plenamente esta mudança e explicar melhor as formas como os pais contemporâneos têm influência, é útil examinar mudanças históricas na conceptualização dos papéis e responsabilidades paternas. Este texto começa portanto com uma breve revisão histórica destinada a pôr em perspectiva os papéis paternos contemporâneos. Na segunda parte, são comentados os dados que dizem respeito ao tipo e amplitude do envolvimento paterno, bem como os relativos ao alcance das mudanças no envolvimento paterno nestes últimos anos. São focados em seguida os efeitos paternos no desenvolvimento da criança e resumidos os resultados gerados por três tipos diferentes de investigações efectuadas nas últimas quatro décadas. Por fim, são descritos os factores que pesam sobre o grau e tipo de envolvimento que os pais têm na vida dos filhos. Como o capítulo aflora um largo espectro de assuntos e questões, a sua cobertura é necessariamente selectiva. Para os leitores motivados para mais detalhe ou documentação acerca das conclusões aqui apresentadas são incluídas referências a estudos empíricos essenciais e às maiores revisões integrativas da literatura.

1. OS PAIS NA HISTÓRIA NORTEAMERICANA

Poderá ser útil para a compreensão da confusão e interesse contemporâneo pela paternidade, recuar historicamente e examinar as mudanças que se verificaram na conceptualização dos papéis paternos. Os dados disponíveis são obviamente limitados mas, os historiadores sociais sustentam que muito se pode aprender da pesquisa de cartas (convimos que poucos escreviam cartas e que muitos menos pensavam em preservá-las para a posteridade) e escritos literários ou populares de eras particulares. Segundo Pleck (1984a), podemos discernir na verdade quatro fases ou períodos nos dois últimos centenários da história social Norteamericana. Em cada uma delas sobressai um motivo dominante diferente, fazendo com que outros aspectos de um papel complexo e multifacetado parecessem comparativamente muito menos importantes.

1.1. *O Formador Moral*

A fase mais precoce estendeu-se dos tempos Puritanos, passando pelo período Colonial, até ao início dos tempos Republicanos. Durante este longo período, o papel do pai era visto como dominado pela responsabilidade da supervisão e ensinamento moral. Era do consenso popular que os pais eram, primordialmente, responsáveis por assegurar que os filhos crescessem com um sentido adequado dos valores, adquiridos essencialmente do estudo de material religioso, tal como a Bíblia. Na medida em que se definiu um papel mais alargado, os pais assumiam responsabilidade pela educação dos filhos — não pelo facto da educação e instrução serem valorizadas por si, mas porque as crianças tinham de ter instrução para poderem ler as Escrituras.

1.2. *Função de Sustento Económico*

Durante o período da industrialização centralizada ocorreu uma modificação na conceptualização dominante do papel do pai (Pleck, 1984a). O seu papel veio a ser definido em grande parte pelo prover económico em vez de se definir por parâmetros de ensinamento moral e, esta conceptualização do pai perdurou desde meados do século XIX até à Grande Depressão (Pleck, 1976). Uma análise da literatura popular da altura e de cartas escritas entre pais e filhos, confirma a conceptualização dominante da paternidade como sustento económico. Isto não quer dizer que outros aspectos do papel do pai, tal como a responsabilidade assumida pela tutela moral, tenham desaparecido. Mais exactamente, o sustento económico veio ao de cima por ser a característica mais importante e determinante da paternidade e ser o critério pelo qual se poderia avaliar os «bons pais».

1.3. *O Modelo de Tipificação Sexual*

Talvez como resultado da Grande Depressão, do «New Deal» e da disrupção e deslocação provocada pela Segunda Guerra Mundial, o fim desta guerra trouxe uma nova conceptualização da paternidade. Embora se mantenha a importância das funções de sustento económico e de orientação moral, aparece um novo foco para

a função paterna, o de modelo de tipificação sexual, especialmente para os filhos varões. Muitos livros e artigos na literatura técnica se centraram na necessidade de modelos fortes de tipificação sexual e, muitos técnicos concluíram que os pais não estavam obviamente a obter bons resultados a este nível (ex: Levy, 1943; Strecker, 1946). As suas inadequações foram sublinhadas em obras dramáticas tais como *Fúria de Viver* e ridicularizados em comédias e desenhos animados como, por exemplo *Blondie* e *All in the Family* (Ehrenreich & English, 1979).

1.4. O Novo Pai Envolvente

Por último, por volta de meados da década de 70, chegou-se a uma quarta etapa. Deu-se pela primeira vez uma identificação difundida do pai como progenitor activo, envolvente e envolvido nos cuidados. O ser pai activamente foi definido como a componente central da paternidade e como a unidade de medida pela qual se poderia aferir os «bons pais». Esta redefinição do aspecto mais notável e louvável da paternidade ocorreu primeiro nos meios populares de comunicação social, onde foi difundido em obras como *Kramer contra Kramer* e *O Estranho Mundo de Garp*. Depressa se seguiu o interesse profissional pela nova paternidade.

É primordial reconhecer as mudanças na conceptualização da paternidade porque as quatro imagens ou funções acima delineadas continuam a ser importantes embora o grau de importância varie consoante o grupo. Numa sociedade pluralista como a nossa coexistem várias concepções do papel paterno e é importante lembrar que enquanto jornalistas e cineastas têm louvado nos últimos dez anos, a paternidade activa e envolvente, muitos cidadãos têm uma concepção muito diferente da função paterna.

Para além disso devemos reconhecer que os pais desempenham muitos papéis, que a importância relativa de cada um varia de um contexto para outro e que o ser pai activamente — o foco central deste texto — tem de ser visto no contexto de muitas outras coisas que os pais fazem pelos filhos (por exemplo, sustento económico, modelo de tipificação sexual,

acompanhamento moral, apoio emocional da mãe).

1.5. Modos Actuais de Influência Paterna

Se pensarmos na paternidade apenas em termos da maneira como os pais podem influenciar os filhos, podemos discernir pelo menos quatro modos dos pais conseguirem um impacto substancial nos filhos e no seu desenvolvimento. Obviamente, o sustento económico continua hoje a ser um componente chave do papel paterno na maioria dos segmentos da sociedade (Benson, 1968; Cazenave, 1979; Pleck, 1983). Mesmo na maioria das famílias em que existem dois assalariados, o pai continua a ser visto como principal fonte de rendimento, nem que seja pelo facto da persistência de disparidades entre os salários de trabalhadores masculinos e femininos. O apoio económico da família é uma forma indirecta mas importante com que os pais contribuem para a educação e saúde afectiva dos filhos.

Uma segunda fonte importante, mas indirecta, de influência provém do papel do pai como fonte de apoio emocional para os outros que estão envolvidos nos cuidados directos da criança, principalmente a mãe (Parke, Power & Gottman, 1979). O facto do pai funcionar como fonte de apoio emocional para a mãe e outros elementos da família, aumenta no geral a qualidade da relação mãe-criança e facilita consequentemente o ajustamento positivo da criança; pelo contrário, quando os pais não dão apoio, os filhos podem-se ressentir (Rutter, 1973, 1979). Os pais podem também afectar a qualidade da dinâmica familiar ao estar envolvidos nas actividades domésticas relacionadas com a criança, aliviando as tarefas da mãe (Pleck, 1983, 1984b). (Podendo o envolvimento paterno no trabalho doméstico ser igual um bom modelo para os filhos.)

Os pais também influenciam os filhos ao interagir directamente com eles e, a maior parte deste capítulo interessa-se pelas influências paternas que decorrem dos cuidados, do ensino, do brincar e da interacção directa com as crianças (Lamb, 1981b). A maioria da investigação sobre as influências paternas centra-se nestes padrões de influência directa apesar do papel paterno ter múltiplos aspectos e os pais

poderem afectar o desenvolvimento dos filhos de muitas outras formas.

2. QUANTIFICANDO A NOVA PATERNIDADE

Dedicou-se muita atenção recentemente aos papéis em evolução dos pais, com ênfase especial no «novo pai», que está, por definição, profundamente envolvido nos cuidados do dia-a-dia e na educação dos filhos. Infelizmente, muitos dos dados que dizem respeito à nova paternidade são de natureza jornalística e não sabemos até que ponto os homens que figuram em tais relatos são realmente representativos. Assim, antes de prosseguirmos com o tema, precisamos perguntar; o que faz o pai Norte-americano comum, e como se modificou isso ao longo dos últimos anos?

2.1. *Componentes do Envolvimento Paterno*

Um grande número de estudos foram concebidos para determinar tanto o tempo que os pais passam com os filhos como o tipo de actividades em que se ocupam (Lamb, Pleck, Charnov & Levine, 1985; 1987; Pleck, 1983). Muitos destes estudos dizem respeito a amostras pequenas e frequentemente não representativas — um problema perene da investigação do desenvolvimento. Afortunadamente, esta área de investigação pode vangloriar-se de vários estudos que abarcam amostras representativas a nível nacional, de pessoas (tanto mães como pais) a quem perguntaram o que faziam e quanto faziam.

Dada a disponibilidade destes dados, pareceria fácil determinar o que os pais contemporâneos fazem na verdade. Infelizmente a tarefa não é tão fácil quanto parece porque os resultados dos diferentes inquéritos variam dramaticamente. Um dos problemas é que diferentes investigadores invocam definições implícitas muito diferentes de envolvimento parental, utilizando como suas componentes actividades distintas. Assim a comparação dos resultados torna-se muito difícil. Portanto, para compreender os dados, é necessário primeiro agrupar os estudos pelas suas semelhanças nas definições implícitas de envolvimento paterno (Lamb, Pleck, Charnov & Levine, 1987).

Podemos distinguir três componentes do envolvimento parental para efeitos de análise. O primeiro e o mais restrictivo é o tempo passado em interacção efectiva com a criança (a alimentá-la, a ajudá-la nos trabalhos de casa ou a jogar à bola no jardim). Este tempo, que Lamb e seus colaboradores (1987) denominaram de envolvimento ou interacção, não inclui o tempo dedicado a trabalhos domésticos relacionados com a criança ou o tempo passado numa divisão enquanto a criança brinca noutra divisão ao lado. Lamb e colaboradores incluíram estes tempos numa segunda categoria constituída por actividades que envolvem graus menos intensos de interacção. Estas actividades pressupõem os pais estarem acessíveis para a criança mais do que em interacção directa. São exemplos, estar na cozinha a cozinhar enquanto a criança brinca na divisão vizinha ou mesmo aos pés do adulto.

O último tipo de envolvimento é o mais difícil de definir mas é talvez o mais importante de todos. Trata-se de até que ponto o progenitor assume, completamente, a responsabilidade pelo bem estar e cuidados da criança. Pode-se ilustrar através da diferença entre ser responsável pelos cuidados da criança e ser capaz e estar disposto a «ajudar» quando é oportuno. Responsabilidade implica saber quando a criança precisa de ir ao pediatra, marcar a consulta e assegurar que a criança chegue lá. Responsabilidade implica tomar medidas quanto aos cuidados da criança assegurando-se que tem roupa para vestir ou que fica acompanhada quando está doente. Muito do tempo necessário para ser um progenitor responsável não é passado em interacção directa com a criança. Consequentemente, é fácil os investigadores deixarem passar este tipo de envolvimento. É difícil quantificar o tempo em questão, em particular porque a ansiedade, preocupação e planeamento para as diversas contingências, que a responsabilidade parental implica, ocorre frequentemente quando o progenitor está aparentemente a fazer outra coisa.

Com a distinção entre os diferentes componentes ou tipos de envolvimento parental abordados nos vários estudos, conseguiu-se maior consistência de estudo para estudo do que acontecia anteriormente, embora subsistindo um grau considerável de inconsistência. Em

parte, isto deve-se ao facto da distinção recente entre os três tipos de envolvimento ter sido aplicada retrospectivamente aos resultados de investigações independentes realizadas anos antes e, existirem ainda diferenças entre estudos quanto a definições específicas de envolvimento, acesso e responsabilidade. Por exemplo, num dos maiores inquéritos nacionais, «ver TV juntos» foi agrupado com as actividades do tipo interactivo, enquanto que noutro estudo foi incluído como uma componente de acesso.

Deve-se autorizar a permanência da definição idiosincrática de envolvimento de cada investigador mas devem-se usar avaliações relativas por oposição a avaliações absolutas para comparar os resultados dos diferentes estudos. Em vez de comparar directamente o tempo que os pais passam a «interagir com» os filhos, devem-se calcular proporções (por exemplo, comparando com a quantidade de tempo que as mães dedicam à interacção, quanto tempo é que os pais lhe dedicam?) e, comparar estas proporções. A situação torna-se então muito mais clara. São obtidos, nos vários estudos resultados surpreendentemente parecidos apesar das diferenças de fundo nos métodos utilizados para avaliar a gestão do tempo (diário *versus* estimativa), o tamanho e representatividade regional das amostras em questão e a data em que os estudos foram efectuados.

2.2. Grau de envolvimento paterno

Consideramos primeiro dados que dizem respeito ao grau de envolvimento dos pais em família em que estão presentes os dois progenitores e em que a mãe está desempregada (Lamb e col., 1987; Pleck, 1983). Os dados nestas famílias apontam para que o pai passa mais ou menos 20 a 25% tanto tempo como a mãe em interacção directa ou envolvimento com os filhos e, mais ou menos um terço do tempo estando acessível aos filhos. A discrepância maior entre envolvimento paterno e materno situa-se na área da responsabilidade. Vários estudos mostram que os pais basicamente não assumem responsabilidade (como anteriormente definida) pelos cuidados ou educação dos filhos.

Em famílias biparentais em que a mãe está

empregada, os níveis de envolvimento e acessibilidade paterna relativamente aos da mãe são ambos substancialmente mais elevados do que em famílias em que a mãe está desempregada (Lamb e col., 1987; Pleck, 1983). Os dados para a interacção directa e acessibilidade são em média de 33% e 65% respectivamente. No entanto, no que diz respeito à responsabilidade, não existe evidência de um efeito do emprego da mãe sobre o nível de envolvimento paterno. Mesmo quando a mãe e o pai estão empregados 30 ou mais horas por semana, a parte de responsabilidade assumida pelos pais parece tão insignificante como quando as mães estão desempregadas.

Tendo em vista as controvérsias que se geraram a este nível, vale a pena comentar que os pais não passam mais tempo em interacção com os filhos quando a mãe está empregada; mais propriamente, as proporções acima referidas apenas aumentam porque as mães fazem menos. Assim, os pais estão proporcionalmente mais envolvidos quando as mães estão empregadas embora em termos absolutos o peso do seu envolvimento não se altere de forma significativa. As controvérsias lamentáveis neste campo parecem dever-se a uma confusão entre números proporcionais e números absolutos.

2.3. Características da Criança e da Família que Afectam o Envolvimento Paterno

Os investigadores também exploraram alterações no envolvimento paterno em relação à idade da criança (Pleck, 1983). É interessante notar que as mudanças que se dão são as mesmas para mães e pais. Ambos passam mais tempo com os cuidados da criança quando as crianças são mais pequenas — uma tendência que, embora compreensível, contradiz o pressuposto popular de que os pais se envolvem mais à medida que a criança cresce. Os pais poderão saber mais acerca de crianças mais velhas do que crianças mais novas, poderão sentir-se mais à vontade e competentes e parecer mais interessados, mas parece que não dedicam mais tempo aos seus filhos mais velhos. Em parte isto pode ser devido ao facto das crianças mais velhas já não quererem interagir tanto com os pais; preferem a interacção com os seus pares e/ou irmãos.

Estão no entanto correctas as suposições populares acerca dos efeitos do sexo da criança (Lamb, 1981b). Os pais estão de facto mais interessados e mais envolvidos com os filhos do que com as filhas. Tendem a passar mais tempo com rapazes do que com raparigas, independentemente da idade da criança. Existem no entanto, para além destas variações associadas à idade e sexo, variações consistentes, regionais, étnicas ou religiosas, a nível do tempo que os progenitores — mães e pais — passam com os filhos (Pleck, 1983).

2.4. Mudanças ao Longo do Tempo

O termo «nova paternidade» sugere que o pai de hoje é distinto do pai do passado. Infelizmente existem poucos dados acerca de mudanças ao longo do tempo nos graus de envolvimento paterno.

Os melhores dados disponíveis provêm de um relatório recente de Juster que comparou os resultados de um inquérito nacional de 1975 com os resultados obtidos seis anos mais tarde noutro inquérito. Em 1981 o pai médio passava muito mais tempo (mais 26%) no tipo de cuidados mais intensos (interacção directa) do que em 1975. O aumento percentual para as mães foi substancialmente menor (7%) o que pelo menos em parte se deve às mudanças surgirem relativamente a níveis de base mais elevados. De qualquer forma subsiste substancial discrepância entre níveis de envolvimento paterno e materno; apesar do grande aumento do envolvimento paterno, em 1981 as mães continuam a interagir com os filhos substancialmente mais do que os pais. Tanto em 1976 como em 1981, o envolvimento paterno foi mais do que um terço do das mães, aumentando de 29% em 1976 para 34% em 1981.

2.5. Estilos Comportamentais de Mães e Pais

Até aqui debruçámo-nos sobre o tempo que os progenitores passam com os filhos, deixando de lado o facto de que poderão existir variações em termos do conteúdo das suas interacções. Tanto os dados da observação como os dados de inquéritos sugerem que mães e pais iniciam interacções bastantes diferentes com os filhos (Goldman & Goldman, 1983; Lamb, 1981a, b).

As interacções da mãe com os filhos são dominadas pelos cuidados enquanto que os pais se definem comportamentalmente como parceiros de jogo. Na realidade as mães brincam muito mais do que os pais com os filhos mas, enquanto proporção do total da interacção pais-crianças, o jogo é uma componente muito mais saliente da interacção pai-criança, enquanto que os cuidados, são a componente mais saliente da interacção mãe-criança.

Embora as mães estejam associadas aos cuidados e os pais ao jogo, não podemos pressupor que os pais são menos capazes de cuidar da criança. Vários investigadores tentaram estudar a competência relativa de mães e pais no que diz respeito aos cuidados e funções parentais e, os resultados destes estudos são bastante claros (Lamb, 1981a). Em primeiro lugar, mostram que no período neonatal não existem diferenças entre mães e pais a nível de competência — ambos podem ser igualmente bons (ou igualmente maus). Contrariamente à noção de instinto materno, as competências parentais são no geral adquiridas, tanto por mães como por pais, no contacto diário. No entanto, as mães estão mais presentes no dia-a-dia do que os pais; não é de surpreender que se tornem mais sensíveis aos filhos, mais em sintonia com eles e mais conscientes das características e necessidades de cada criança. Os pais, devido à sua falta de experiência, tornam-se correspondentemente menos sensíveis e vêm a sentir menos confiança nas suas capacidades parentais. Assim, os pais continuam a permitir e a ceder a responsabilidade às mães, enquanto que as mães assumem cada vez mais responsabilidade, não porque vêem isso como o seu papel, mas também porque os cônjuges não parecem ser especialmente competentes enquanto provedores de cuidados. Daí decorre que as diferenças entre mães e pais se tornem mais evidentes ao longo do tempo. Algumas diferenças não são no entanto irreversíveis. Quando as circunstâncias atiram os pais para o papel de principal responsável ou quando os pais escolhem redefinir o seu papel parental e as suas relações pai-criança, são perfeitamente capazes de adquirir as competências necessárias (Hipgrave, 1982; Levine, 1976; Russell, 1983). Na realidade, no entanto, a maioria dos pais nunca se envolve tanto nos cuidados da criança

como a parceira e, assim, as diferenças entre mães e pais tendem a aumentar.

2.6. *Resumo*

A noção da «emergência do novo pai envolvente» não é inteiramente mítica já que se verificaram aumentos ao longo do tempo nos graus médios de envolvimento paterno. As mães continuam a assumir a responsabilidade pelos cuidados do dia-a-dia dos filhos e a dedicar-lhes mais tempo. A discrepância entre mães e pais é particularmente saliente na área que denominámos responsabilidade; a este nível existem poucos dados acerca das mudanças seculares do comportamento paterno. Noutras áreas, as mudanças, embora significativas são ainda bastante modestas. Para além do mais, as características das interacções maternas e paternas mantiveram-se relativamente constantes ao longo do tempo. As mães são identificadas com os cuidados e os pais com o brincar.

3. INFLUÊNCIAS PATERNAS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O tema deste capítulo muda agora da acção dos pais para a influência dos pais no desenvolvimento dos filhos. Sobressairam ao longo das várias décadas de investigação nesta área, três corpos de literatura; (1) estudos correlacionais, (2) estudos acerca da ausência paterna e (3) estudos acerca do impacto de um grande envolvimento paterno. Todos são importantes para a compreensão da influência paterna no desenvolvimento da criança. Nesta secção as três abordagens são descritas e os seus resultados são resumidos separadamente. No entanto os resumos não são de forma alguma exaustivos; na verdade, nas duas primeiras subsecções apenas se discutem investigações que envolveram pais e filhos a título de exemplo. Revisões mais detalhadas e englobantes encontram-se noutros textos (Adams, Milner & Schrept, 1984; Lamb, 1981c; Lamb, Pleck & Levine, 1985). O objectivo aqui é de exemplificar as características chave da investigação empírica, que estimularam alterações de fundo na nossa conceptualização dos padrões de influência paterna.

3.1. *A Abordagem Correlacional*

Vamos considerar primeiro estudos que procuravam correlações entre características paternas e filiais. Nestes estudos, os investigadores podiam dedicar-se por exemplo a avaliar o calor, proximidade ou hostilidade (ver revisões da literatura de Biller, 1971; Lamb, 1976, 1981c) das relações pai-criança ou, a masculinidade e autoritarismo dos pais e, correlacionavam então avaliações dos constructos paternos ou relacionais com avaliações de alguma característica teórica da criança. Esta estratégia foi adoptada em muitos dos estudos primordiais da influência paterna, sendo que a maioria destes se centrava no desenvolvimento da tipificação sexual, especialmente nos filhos varões. Isto é compreensível na medida em que muitos destes estudos se efectuaram desde a década de 40 até ao início dos anos 60, altura em que o papel do pai era considerado mais importante na sua vertente de modelo de tipificação sexual. O esquema destes estudos iniciais era bastante simples: o investigador avaliava a masculinidade dos pais e dos filhos e determinava então até que ponto existia uma correlação entre os dois conjuntos de resultados. Para grande surpresa dos investigadores, não se evidenciava correlação consistente entre os dois, um resultado surpreendente porque parecia violar um pressuposto de base quanto à função fundamental desempenhada pelos pais. Se os pais não faziam dos seus filhos homens, que papel desempenhar então?

Os psicólogos levaram certo tempo a perceber que o pressuposto de base poderia ser desadequado. Os investigadores não chegaram a perguntar: porque é que os rapazes haveriam de querer ser como o pai? Provavelmente só quereriam ser parecidos com um pai de quem gostassem e que respeitassem, com quem a relação fosse calorosa e positiva. Verificou-se de facto que a qualidade da relação pai-filho é uma variável mediadora importante: quando a relação entre pais masculinos e filhos é boa, os rapazes são de facto mais masculinos. Estudos posteriores sugeriram que a qualidade da relação é de facto, no que diz respeito ao desenvolvimento da masculinidade filial, a variável crucial (Mussen & Rutherford, 1963; Payne & Mussen, 1956; Sears, Maccoby &

Levin, 1957). A masculinidade do pai tem, pelo contrário, pouca importância. Ou seja, quando a relação com os pais é calorosa, os rapazes parecem adaptar-se aos padrões de tipificação sexual da sua cultura, independentemente da «masculinidade» dos pais. Por isso, podemos esperar que tenham mudado nos últimos quinze anos os efeitos de uma relação pai-filho próxima, dado se terem modificado igualmente nesse período as preferências culturais e expectativas face ao comportamento masculino. Da mesma forma que uma relação próxima potenciava antigamente o desenvolvimento de filhos masculinos, poderíamos prever por exemplo que, hoje em dia, os pais calorosos que têm relações próximas com os filhos teriam filhos mais andrógenos do que outros pais (já que a androgenia parece ser um objectivo contemporâneo) (Baruch & Barnett, 1983; Radin, 1978; Radin & Sagi, 1982).

Portanto, no que diz respeito à influência paterna no desenvolvimento da tipificação sexual, o resultado fundamental é que as características do pai (tal como a masculinidade) são muito menos importantes formativamente do que o calor e proximidade do pai e a natureza da sua relação com o filho. Trata-se de um resultado interessante e importante porque o calor e proximidade têm sido vistos tradicionalmente como características femininas. Assim, as características «femininas» do pai — o seu calor e qualidade envolvente — parecem estar associadas a um melhor ajustamento dos filhos, pelo menos quando o ajustamento é definido em termos de tipificação sexual¹.

Os resultados encontrados em estudos acerca das influências paternas sobre o nível de realização ou desempenho foram similares (Radin, 1981). O pressuposto inicial foi que os pais influenciam positivamente a motivação para o sucesso já que sendo o elemento da família que exemplifica o sucesso no «mundo real», os filhos queriam com certeza imitá-los a esse nível. De novo tornou-se rapidamente claro que o calor, proximidade e envolvimento

do pai eram mais importantes; os pais com estas características tendiam a ter filhos competentes e motivados para o sucesso (Radin, 1978, 1981, 1982). No que diz respeito à influência da mãe no desempenho do filho, são importantes as mesmas características, o que de novo sugere que os pais influenciam a criança devido às suas características pessoais e sociais envolventes e não em virtude das suas características de «homem» (tais como a masculinidade).

A investigação acerca do ajustamento psicológico propõe uma conclusão similar: enquanto a masculinidade paterna é irrelevante, o calor e proximidade paterna são vantajosos (Billar, 1971; Lamb, 1981b). Assim, de estas três áreas do desenvolvimento — desenvolvimento da tipificação sexual, nível de desempenho e ajustamento psicológico — as crianças parecem mais favorecidas quando a sua relação com o pai é próxima e calorosa. No geral, o mesmo se verifica no caso das mães e, as crianças que têm relações próximas com os dois progenitores são grandemente beneficiadas. Poucos aspectos do sexo do progenitor parecem ter um peso evidente no que diz respeito à influência sobre as crianças. Parece que são as características do pai, como pai, mais do que as características do pai como homem, que influenciam o desenvolvimento da criança.

3.2. *Investigação Acerca da Ausência do Pai*

Ao mesmo tempo que nos anos 50 desabrochava o corpo de investigação que aqui denominamos de «correlacional», estava em desenvolvimento outro corpo de literatura que incluiu estudos em que os investigadores tentavam compreender o papel do pai estudando famílias sem pai. O pressuposto é de que ao comparar o comportamento e personalidades de crianças educadas com e sem pai se poderia — essencialmente por um processo de subtração — avaliar a influência típica do pai. O grosso dos estudos correlacionais e de ausência do pai foram efectuados aproximadamente na mesma era: não é de surpreender que os fenómenos estudados fossem parecidos e que os resultados fossem a vários níveis similares. No caso dos estudos de ausência do pai, os resultados parecem também consistentes com os pressupostos populares. Infelizmente a literatura acerca da ausência do

¹ Este pressuposto é questionável, especialmente devido à forma como são geralmente operacionalizados na literatura os papéis de cada sexo. Remetemos os leitores para Pleck (1981) e Lamb e col. (1985) para uma discussão aprofundada destas questões.

pai é volumosa e controversa: para uma discussão mais detalhada, remete-se o leitor para outras fontes (Adams, Milner & Schrepf, 1984; Biller, 1974; Lamb, 1981; Herzog & Sudia, 1963). Neste contexto, é suficiente referir que os rapazes que crescem sem os pais parecem ter «problemas» nas áreas da tipificação sexual e de desenvolvimento da identidade sexual, desempenho escolar, ajustamento psicológico e talvez de controlo da agressividade.

No entanto devemos considerar duas questões que a investigação da ausência do pai levanta. Em primeiro lugar, mesmos se concordarmos que existem diferenças entre crianças educadas com o pai presente e as educadas em família com o pai ausente, temos de nos perguntar porque existem essas diferenças e como as interpretar. Em segundo lugar, será importante não esquecer que embora possam existir diferenças de grupo entre por exemplo 100 rapazes que crescem sem o pai e 100 rapazes que crescem com o pai, isto não quer dizer que cada criança que cresce sem pai tem problemas numa ou mesmo em todas as áreas acima mencionadas ou que, todas as crianças cujos pais vivem em casa se desenvolvem normativamente. Não podemos fazer inferências quanto a casos individuais a partir de resultados de grupo, porque é grande a heterogeneidade intra-grupo. Isto obriga-nos a perguntar o porquê da existência de tal heterogeneidade. Porque é que alguns rapazes parecem sofrer consequências nocivas devido à ausência do pai e outros não? Genericamente, a questão é: que aspectos do contexto de pai ausente estão na base das diferenças de grupo entre crianças em contextos de pai-ausente e pai-presente e, qual a justificação para a substancial variação intra-grupo?

Inicialmente, investigadores e académicos tentaram explicar os efeitos da ausência do pai em termos da ausência de um modelo masculino de tipificação sexual. Pressupôs-se que na ausência de um modelo parental masculino, os rapazes não poderiam adquirir identidades masculinas fortes e papéis de tipificação sexual e que não teriam um modelo de sucesso com o qual se identificar (Biller, 1974). O problema desta interpretação é que muitos rapazes sem pai parecem desenvolver-se normalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da tipificação sexual e desempenho. Uma exemplificação que

põe ênfase na ausência de um modelo masculino de tipificação sexual, não pode obviamente ser completa ou englobante. Assim tornou-se cada vez mais evidente que na mediação dos efeitos da ausência do pai no desenvolvimento da criança, outros factores podem ser pelo menos tão importante (ou mesmo mais importantes) quanto a existência de um modelo de tipificação sexual.

Em primeiro lugar, há a ausência de um co-pai — alguém que ajude com os cuidados a prestar à criança, que está lá quando um dos progenitores precisa de um descanso, que completa os recursos de um progenitor em relação às exigências da criança (Maccoby, 1977). Em segundo lugar, existe o *stress* económico que acompanha o mono-parentalismo, especialmente no caso das mães sozinhas. A média e mediana de rendimento económico para mulheres solteiras chefes de família são significativamente mais baixas do que a média de rendimento de qualquer outro grupo e, a disparidade aumenta ainda quando consideramos o rendimento per capita em vez do rendimento por agregado familiar (Glick & Norton, 1979). Em terceiro lugar, o tremendo *stress* económico que as mães solteiras vivenciam, acompanha-se de *stress* emocional decorrente de um certo grau de isolamento social e das atitudes predominantemente de censura que a sociedade continua a expressar em relação a mães solteiras ou divorciadas e seus filhos (Hetherington, Cox & Cox, 1982). Por último, existe a importante questão dos conflitos maritais do pré-divórcio (e pós-divórcio), já que de todos os resultados da área da socialização, o melhor validado é aquele que aponta para o facto das crianças se ressentirem quando há hostilidade ou conflito na família (Rutter, 1973, 1979; Lamb, 1981b). Posto que a maioria das famílias mono-parentais são o resultado de um divórcio e, dado que o divórcio é frequentemente precedido por períodos de hostilidade conjugal aberta ou velada, o conflito do pré-divórcio poderá ter um papel fundamental na justificação dos problemas das crianças sem pai. No outro extremo, as crianças sem pai que têm antes e depois do divórcio uma boa relação com ambos progenitores, têm no geral um melhor ajustamento do que as que não a tiveram (Hess & Camara, 1979).

Em suma, os dados sugerem que a ausência do pai pode não ser necessariamente nociva pela ausência de um modelo de tipificação sexual, mas porque muitos aspectos do papel paterno-económico, social, emocional — ficam por preencher ou são desadequadamente desempenhados. É essencial para a compreensão da influência do pai no desenvolvimento da criança o reconhecimento da multiplicidade dos papéis do pai incluindo o sustento económico, e o apoio emocional para a mulher.

3.3. Estudos de Envolvimento Paterno Aumentado

Por último temos de tomar em consideração estudos recentes acerca dos efeitos para a criança do envolvimento paterno aumentado como por exemplo no caso de pais que, quer partilham, quer se responsabilizam predominantemente pelos cuidados da criança (Lamb, Pleck & Levine, 1985; Russell, 1983; Russell & Radin, 1983). Esta questão foi abordada em três ou quatro estudos e os resultados são notoriamente consistentes no que diz respeito a crianças em idade pré-escolar cujos pais são responsáveis por pelo menos 40% a 45% dos cuidados intra-família da criança. As crianças com pais muito envolvidos caracterizam-se por uma competência cognitiva aumentada, maior empatia, ideias menos estereotipadas acerca da tipificação sexual e um locus de controlo mais interno (Pruett, 1983; Radin, 1982; Radin & Sagi, 1982; Sagi, 1982). De novo, o que nos devemos perguntar é «Porque é que ocorre este tipo de diferenças?»

A este respeito, três factores são provavelmente importantes (Lamb e col., 1985). Em primeiro lugar, quando os pais assumem papéis menos estereotipados sexualmente, os próprios filhos têm atitudes menos estereotipadas em relação aos papéis masculinos e femininos. Em segundo lugar, estas crianças podem ser beneficiadas, em particular na área da competência cognitiva, por terem dois progenitores muito envolvidos em vez de apenas um. Isto assegura-lhes a diversidade de estimulação que decorre da interacção com pessoas com estilos comportamentais diferentes. Uma terceira questão importante tem a ver com o contexto familiar em que estas crianças são criadas. Em todos os estudos até aqui relatados, um nível

elevado de envolvimento paterno permitiria a ambos progenitores fazerem o que subjectivamente era importante para eles. Permitia aos pais satisfazerem o seu desejo de se tornarem mais próximos dos filhos e, às mães, ter uma relação com os filhos adequadamente próxima e manter igualmente objectivos de carreira. Ou seja, o envolvimento paterno aumentado poderá ter levado a que ambos os progenitores se sentissem mais realizados. Consequentemente as relações eram provavelmente mais calorosas e ricas do que teriam sido noutras circunstâncias. Podemos especular que o resultado positivo obtido por crianças com pais muito envolvidos se deve em grande parte ao facto do envolvimento paterno ter criado um contexto familiar em que os progenitores se sentem bem quanto ao seu matrimónio e quanto às disposições que conseguiram tomar.

Em todos estes estudos os pais estavam envolvidos porque tanto eles como as suas parceiras o desejaram. Em casos em que os pais são forçados a se envolver, talvez por um despedimento enquanto a parceira arranhou um emprego e pôde retê-lo, os resultados poderão ser bem diferentes. Nestas circunstâncias a esposa poderá sentir ressentimento pelo facto do marido não ter conseguido reter um emprego e sustentar a sua família, enquanto que o marido poderá sentir ressentimento por ter de fazer «trabalho de mulher» com as crianças quando na verdade preferiria estar «lá fora» a ganhar a vida e sustentar a família (ver Russell, 1983). Esta constelação de factores terá provavelmente efeitos adversos nas crianças da mesma forma que o mesmo grau de envolvimento tem efeitos positivos quando as circunstâncias são mais benignas. A questão crucial é que o grau de envolvimento do pai pode ser muito menos significativo (no que diz respeito aos efeitos sobre as crianças) do que as razões para o seu envolvimento e a avaliação que ele e a sua parceira fazem deste envolvimento.

Em suma, os efeitos poderão em muitos casos ter mais a ver com o contexto do envolvimento paterno do que com o envolvimento paterno por si. Dado que os sentimentos de uma pessoa vão colorir a forma como ela ou ele se comporta com a criança, o que tem importância não é tanto quem está em casa mas a vivência

de estar em casa dessa pessoa. O comportamento é influenciado também pelos sentimentos do parceiro acerca do estado das coisas: os estados emocionais de ambos os progenitores afectam a dinâmica familiar.

3.4. *Resumo*

Os três tipos de investigação quanto à influência paterna sugerem, em conjunto, um quadro notavelmente consistente. Globalmente em primeiro lugar, as influências de pais e mães sobre os seus filhos parecem ser mais similares do que distintas. As dimensões importantes da influência parental são as que se ligam às características parentais mais do que às características relacionadas com o sexo do progenitor. Em segundo lugar, a natureza do efeito pode variar substancialmente consoante valores individuais e culturais. Encontra-se um exemplo clássico disto na literatura acerca do desenvolvimento da tipificação sexual. Devido a alterações culturais, houve modificações nos objectivos da tipificação sexual assumidos para rapazes e raparigas, e isto produziu alterações nos efeitos do envolvimento paternal sobre a criança. Nos anos 50 uma masculinidade ou feminilidade adequada ao sexo era objectivo pretendido; hoje em dia pretende-se a androgenia ou flexibilidade na tipificação sexual. E, enquanto nos anos 50 o envolvimento do pai parecia associar-se a maior masculinidade nos rapazes, hoje em dia associa-se a padrões de tipificação sexual menos estereotipados, tanto em rapazes como em raparigas. Em terceiro lugar, os padrões de influência variam substancialmente consoante os factores sociais que definem o significado do envolvimento do pai para crianças em famílias específicas, em meios sociais determinados. Por último, o período de tempo que os pais e crianças passam juntos tem provavelmente muito menos importância do que o que fazem nesse tempo e como pais, mães, crianças e outras pessoas significativas percebem e avaliam a relação pai-criança.

Tudo isto significa que um elevado envolvimento paterno pode ter algumas circunstâncias efeitos positivos e negativos noutras. O mesmo sucede para o baixo envolvimento paterno. Não podemos esquecer no entanto as mudanças históricas recentes nos níveis médios de

envolvimento paterno (Juster, 1987). Se esta tendência continuar, o número de famílias em que o maior envolvimento do pai é benéfico vai aumentar.

4. OS DETERMINANTES DO ENVOLVIMENTO PATERNO

4.1. *A Motivação*

São fundamentais quatro factores para a compreensão das variações no grau de envolvimento paterno (Lamb e col., 1987). Primeiro há a motivação — até que ponto o pai quer estar envolvido. Dados de inquéritos sugerem que 40% dos pais gostariam de ter mais tempo para dedicar aos filhos do que têm presentemente (Quim & Staines, 1979). Isto significa que um número substancial de homens estão motivados para um maior envolvimento. Por outro lado os mesmos dados sugerem que mais de metade dos pais não querem passar mais tempo com os filhos do que presentemente passam. Não existe obviamente unanimidade quanto ao facto de um aumento no envolvimento paterno ser desejável; este é um aspecto importante quando consideramos a necessidade de avaliar as motivações parentais na tentativa de compreender as influências parentais.

Houve no entanto mudanças recentes nos níveis de motivação paterna que podem ser atribuídas essencialmente ao movimento feminino e às questões que este levanta quanto aos papéis masculinos e femininos tradicionais. A invasão dos média pelo «novo pai» afectou igualmente os níveis de motivação. O programa oficial mais imponente até agora empreendido foi iniciado nos princípios dos anos 70 pelo governo Sueco, numa tentativa de incentivar os homens a envolverem-se mais nos cuidados da criança (Lamb & Levine, 1983). As imagens de prospectos e cartazes publicados pelo governo Sueco mostram um homem que não é um homem vulgar mas sim um homem forte e musculoso a segurar um bebé pequenino. Esta imagem aborda implicitamente uma das mais cruciais barreiras atitudinais para o envolvimento paterno: a noção de que é efeminado envolver-se nos cuidados da criança. Da mesma forma as ilustrações dessas imagens veiculam

a mensagem de que «homens a sério» podem-se envolver activamente nos cuidados da criança. A mensagem é importante porque muitos homens continuam a sentir que paternidade activa e masculinidade são incompatíveis. A persistência deste tipo de medos ajuda a explicar o porquê da lentidão de algumas mudanças motivacionais e, em particular, o porquê do aumento modesto (nacionalmente ou internacionalmente) do número de pais que desempenham um papel substancial nos cuidados da criança, apesar das mudanças tremendas nos padrões de trabalho feminino.

4.2. Competências e Auto-Confiança

A motivação só por si não garante um aumento do envolvimento: também são necessárias competências e auto-confiança. Frequentemente homens manifestamente motivados queixam-se de que a falta de competências (da qual são exemplos a ignorância ou o ser desastrado) impede um maior envolvimento. Estas queixas podem representar desculpas mas podem também ser reflexo de um medo genuíno.

Programas formais de desenvolvimento de competências podem ser da maior importância quando os homens estão motivados pois, a ausência de competências forma uma barreira fundamental ao envolvimento paterno. No entanto, a melhor maneira dos homens iniciarem o seu envolvimento com os filhos poderá ser o ter actividades com os filhos de que possam disfrutar conjuntamente. O objectivo deveria ser os pais desenvolverem um sentimento de auto-confiança de forma a que possam vir a disfrutar de estar com os filhos e sentir cada vez mais auto-confiança. Uma vez que os pais se apercebam de que os seus filhos são verdadeiramente divertidos, que os adoram e que não geram uma série infindável de crises embaraçosas, estarão dispostos a alargar o leque de actividades e contextos em que eles e os filhos funcionam juntos com sucesso. A questão chave é o desenvolvimento da confiança — as competências podem ser adquiridas mais tarde. Muitos pais não se dão conta de que a maioria das mães primíparas são tão incompetentes e estão tão aterrorizadas quanto eles. A diferença é que se espera que as mulheres saibam cuidar das

crianças e, não podem simplesmente retirar-se dos desafios em questão. Têm de fingir que sabem o que estão a fazer e têm consequentemente de aprender as competências necessárias tão depressa quanto possível. Para além da auto-confiança, a sensibilidade é também fundamental (Lamb, 1980). A sensibilidade tem a ver com o ser capaz de ler os sinais da criança, saber o que ela quer, saber responder adequadamente, saber que expectativas são realistas e por aí fora. Tanto a sensibilidade como a auto-confiança são características abstractas mas, são provavelmente ambas muito mais importantes do que competências específicas. As competências específicas podem, no entanto, tornar-se veículos úteis para o desenvolvimento da sensibilidade e auto-confiança.

4.3. Apoio

O terceiro factor que influencia o envolvimento paterno é o apoio, e especialmente dentro da família, o apoio proveniente da mãe. Os mesmos inquéritos que mostram que a maioria dos homens se quer envolver mais, mostram que entre 60% a 80% das mulheres não querem que os maridos estejam mais envolvidos do que estão actualmente (Pleck, 1982; Quinn & Staines, 1979). Isto sugere que, embora muitas mães gostassem que os maridos participassem mais, uma maioria substancial está contente com o *status quo*.

Poderão existir várias razões para esta atitude. Algumas mães podem achar que os seus maridos são incompetentes e que o seu envolvimento vai criar, mais do que poupar, trabalho. Mais importante, um maior envolvimento paterno pode pôr em perigo a dinâmica fundamental de poder dentro da família (Polatnick, 1973, 1974). Os papéis de mãe e gestora da casa são dois papéis em que a autoridade da mãe não foi questionada; constituem em conjunto a única área em que as mulheres têm verdadeiro poder e controlo. Um maior envolvimento paterno poderá ameaçar este poder e proeminência. O balanço da permuta tem um valor dúbio porque embora nas duas últimas décadas um número cada vez maior de mulheres ingresse no mundo activo, ficam no geral restringidas a ocupações de baixo pagamento, baixo prestígio e com poucas perspectivas de promoção.

No fundo, está-se a pedir às mulheres que desistam do seu poder numa área em que o poder e autoridade não foram questionados, em troca da possibilidade de poder noutra área. Muitas mulheres preferem manter a sua autoridade na área dos cuidados da criança mesmo se isso implica exaustão física e mental.

As atitudes das mulheres face ao envolvimento paterno têm mudado muito pouco nos últimos cerca de quinze anos (Pleck, 1982; Polatnick, 1973-1974). A sua resistência vai prevalecer provavelmente até que mudanças fundamentais se verifiquem na sociedade a nível de distribuição básica de poder. Mesmo as mulheres que dizem que acolheriam bem um envolvimento paterno aumentado, poderão sentir mais ambivalência do que os resultados do inquérito indicam.

As diferentes atitudes maternas quanto ao envolvimento paterno levantam questões importantes quanto ao envolvimento do pai e as consequências prováveis para crianças pequenas. Como já referimos, as consequências do envolvimento para a dinâmica familiar podem ser críticas. Portanto, ao decidir se o envolvimento do pai deve ser incentivado em famílias específicas, temos de ter em conta as preferências e atitudes de ambos progenitores. Isto implica a articulação dos pressupostos e valores individuais e a posterior negociação no sentido de alcançar um consenso satisfatório.

O conflito entre cônjuges poderá tornar-se cada vez mais comum porque as atitudes e pressupostos das mulheres parecem estar a evoluir mais depressa do que os dos homens. A este nível poderá ser significativo o facto de nos dois estudos longitudinais de envolvimento intenso do pai (Russell, 1983; Radin & Goldsmith, 1985) se evidenciar uma taxa notoriamente elevada de dissolução familiar, quando as famílias são contactadas de novo mais tarde. Assim, apesar da boa dinâmica inicial (pelo menos nas famílias estudadas por Radin), problemas substanciais e de fundo quanto aos papéis e responsabilidades podem surgir mais tarde, particularmente nesta era de ambivalência e confusão. É importante recordar esta «faceta oculta» do envolvimento paterno apesar do envolvimento do pai ser globalmente importante e desejável num número cada vez maior de famílias.

4.4. *Práticas Institucionais*

As práticas institucionais constituem o último factor que influencia o envolvimento paterno. Temos, entre as razões mais citadas pelos pais para explicar os baixos níveis de envolvimento paterno, a necessidade familiar de sustento económico e as barreiras impostas pelo local de trabalho (ex: Yankelovich, 1974). Obviamente esta questão é importante para muitos homens e continuará a sê-lo enquanto os homens assumirem e, se espere deles que assumam, o papel de fonte principal de rendimento. No entanto, também é verdade que os homens não trocam de um modo linear o tempo de trabalho por tempo para a família. Dados de inquérito mostram que as mulheres traduzem cada hora extra de não-trabalho em 40 a 45 minutos extra de trabalho na família, enquanto que para os homens, cada hora não passada em trabalho remunerado, traduz-se em menos de 20 minutos de trabalho na família (Pleck, 1983). Assim, enquanto as pressões do trabalho têm um efeito significativo no envolvimento parental, os efeitos são um pouco diferentes para homens e mulheres. Estar no trabalho reduz de facto o período de tempo que os pais dedicam aos filhos mas, quando têm tempo passam apenas uma pequena porção dele com os filhos².

A licença de paternidade é o meio de incentivo do envolvimento paterno mais frequentemente discutido. Este foco quase exclusivo está de facto mal orientado porque a licença de paternidade será dificilmente a resposta para um maior envolvimento paterno. Temos de recordar que neste país menos de um terço das mulheres que trabalham têm qualquer tipo de licença de parto paga; se a licença de parto não é permitida, a licença de paternidade cota-se como objectivo irrealista. Para além disso a licença de paternidade facilita apenas o envolvimento durante um espaço de tempo muito curto no início da vida da criança e, parece ter um efeito limitado no envolvimento ou comportamento paterno posterior (Hwang e col., 1985). Seriam mais úteis práticas que permitissem aos homens envolverem-se ao longo

² Para além das limitações impostas pelo tempo de trabalho em si, toda a identificação da paternidade com o papel de sustento económico leva à limitação do envolvimento masculino nos cuidados da criança.

de vários anos, do que a licença de paternidade. Como sugere Pleck, os horários flexíveis seriam sem dúvida de grande valor para muitos pais (e mães) envolvidos mas empregados.

4.5. Resumo

Podemos conceber os quatro factores (motivação, competências e auto-confiança, apoio e práticas institucionais) como uma hierarquia de factores que influenciam o envolvimento do pai com os filhos. Devem existir condições favoráveis a cada um destes níveis para que um maior envolvimento paterno seja possível e benéfico. As intervenções bem sucedidas serão as que se podem debruçar sobre as pessoas, a cada um destes níveis, centrando-se nas áreas em que os factores de inibição são os mais proeminentes. As barreiras institucionais são muito mais difíceis de contornar do que qualquer outra. Todavia, as instituições criam muito mais flexibilidade do que é no geral admitido; enquanto por um lado colocam grandes entraves, poderiam igualmente dar a possibilidade a muitos homens de estarem mais envolvidos do que de facto estão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, P.L., Milner, J.R. & Schrepf, N.A. (1984). *Fatherless children*. New York: Wiley.
- Baruch, G.K. & Barnett, R. C. (1979). *Fathers' participation in the care of their preschool children*. Unpublished manuscript. Wellesley, MA: Wellesley College.
- Baruch, G.K. & Barnett, R.C. (1983). *Correlates of fathers' participation in family work: A technical report*. Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.
- Benson, L. (1968). *Fatherhood: A sociological perspective*. New York: Random House.
- Biller, H.B. (1971). *Father, child, and sex role*. Lexington, MA: Heath.
- Biller, H.B. (1974). *Parental deprivation: Family, school, sexuality and society*. Lexington, MA: Heath.
- Bowlby, J. (1951). *Maternal care and mental health*. Geneva: Who.
- Cazenave, N.A. (1979). Middle-income black fathers: An analysis of the provider role. *Family Coordinator*, 27: 583-593.
- Demos, J. (1982). The changing faces of fatherhood: A new exploration in American family history. In *Father and child: Developmental and clinical perspectives* (S.H. Cath, A.R. Gurwitt & J.M. Ross, Eds.), Boston: Little Brown.
- Ehrenreich, B. & English, D. (1979). *For her own good*. New York: Anchor Books.
- Glick, P.C. & Norton, A.J. (1979). Marrying, divorcing, and living together in the US today. *Population Bulletin*, 32 (5, whole issue).
- Goldman, J.D.G. & Goldman, R.J. (1983). Children's perceptions of parents and their roles: A cross-national study in Australia, England, North America, and Sweden. *Sex Roles*, 9: 791-812.
- Herzog, R. & Sudia, C.E. (1973). Children in fatherless families. In *Review of child development research* (Vol. 3) (B.M. Caldwell & H.N. Ricciuti, Eds.), Chicago: University of Chicago Press.
- Hess, R.D. & Camara, K.A. (1979). Post-divorce family relationships as mediating factors in the consequences of divorce for children. *Journal of Social Issues*, 35: 79-96.
- Hetherington, E.M., Cox, M. & Cox, R. (1982). Effects of divorce on parents and children. In *Nontraditional families* (M.E. Lamb, Ed.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hipgrave, T. (1982). Childrearing by lone fathers. In *Changing patterns of child bearing and child rearing* (R. Chester, P. Diggory & M. Sutherland, Eds.), London: Academic.
- Hwang, C.-P., Lamb, M.E., Broberg, A., Frodi, M. & Hulth, G. (1985). *Effects of early father participation on later paternal involvement and responsibility*. Paper presented to Society for Research in Child Development, Toronto.
- Juster, F.T. (1987). A note on recent changes in time use. In *Studies in the measurement of time allocation* (F.T. Juster & F. Stafford, Eds.), Ann Arbor, MI: Institute for Social Research.
- Lamb, M.E. (1980). What can «research experts» tell parents about effecting socialization? In *Parenting in a multicultural society* (M.D. Fantini & R. Cardenas, Eds.), New York: Longman.
- Lamb, M.E. (1981a). The development of father-infant relationships. In *The role of the father in child development* (M.E. Lamb, Ed.), New York: Wiley.
- Lamb, M.E. (1981b). Fathers and child development: An integrative overview. In *The role of the father in child development* (M.E. Lamb, Ed.), New York: Wiley.
- Lamb, M.E. (1981c). *The role of the father in child development*. Rev. ed. New York: Wiley.
- Lamb, M.E. & Levine, J.A. (1983). The Swedish parental insurance policy: An experiment in social engineering. In *Fatherhood and family policy* (M.E. Lamb & A. Sagi, Eds.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Lamb, M.E., Pleck, J.H., Charnov, E.L. & Levine, J.A. (1987). Parental behaviour in humans. *American Zoologist*, 25: 883-894.
- Lamb, M.E., Pleck, J.H., Charnov, E.L. & Levine, J.A. (1985). A biosocial perspective on parental behaviour and involvement. In *Parenting across the life span: Biosocial perspectives* (J.B. Lancaster, J. Altmann, A. Rossi & L.R. Sherrod, Eds.), Chicago: Aldine.
- Lamb, M.E., Pleck, J.H. & Levine, J.A. (1985). The role of the father in child development: The effects of increased paternal involvement. In *Advances in clinical child psychology* (Vol. 8) (B.S. Lahey & A.E. Kazdin, Eds.), New York: Plenum.
- Levine, J.A. (1976). *And who will raise the children? New options for fathers (and mothers)*. Philadelphia: Lippincott.
- Levy, D.M. (1943). *Maternal overprotection*. New York: Columbia University Press.
- Lynn, D. (1974). *The father: His role in development*. Monterey, Ca: Brooks/Cole.
- Maccoby, E.E. (1977). *Current changes in the family and their impact upon the socialization of children*. Paper presented to American Sociological Association, Chicago.
- Mussen, P.H., & Rutherford, E. (1963). Parent-child relations and parental role preferences. *Child Development*, 34: 589-607.
- Parke, R.D., Power, T.G. & Gottman, J. (1979). Conceptualization and quantifying influence patterns in the family triad. In *Social interaction analysis: Methodological issues* (M.E. Lamb, S.J. Suomi & G.R. Stepheson, Eds.), Madison: University of Wisconsin Press.
- Payne, D.E. & Mussen, P.H. (1956). Parent-child relations and fathers identification among adolescent boys. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 52: 358-362.
- Pleck, E. (1976). Two worlds in one: Work and family. *Journal of Social History*, 10: 178-195.
- Pleck, J.H. (1981). *The myth of masculinity*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Pleck, J.H. (1982). *Husbands' and wives' paid work, family work, and adjustment*. Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.
- Pleck, J.H. (1983). Husbands' paid work and family roles: Current research issues. In *Research in the interweave of social roles* (Vol. 3) (H. Lopata & J.H. Pleck, Eds.), Greenwich, CT: JAI Press.
- Pleck, J.H. (1984a). *Changing fatherhood*. Unpublished manuscript. Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.
- Pleck, J.H. (1984b). *Working wives and family well-being*. Beverly Hills, Ca: Sage.
- Polatnick, M. (1973-1974). Why men don't rear children: A power analysis. *Berkeley Journal of Sociology*, 18: 44-86.
- Pruett, K.D. (1983). *Two year followup of infants of primary nurturing fathers in intact families*. Paper presented to Second World Congress on Infant Psychiatry. Cannes, France.
- Quinn, R.P. & Staines, G.L. (1979). *The 1977 Quality of Employment survey*. Ann Arbor, MI: Survey Research Center.
- Radin, N. (1978). *Childrearing fathers in intact families with preschoolers*. Paper presented to American Psychological Association, Toronto.
- Radin, N. (1981). The role of the father in cognitive, academic, and intellectual development. In *The role of the father in child development* (M.E. Lamb, Ed.), New York: Wiley.
- Radin, N. (1982). Primary caregiving and role-sharing fathers. In *Nontraditional families: Parenting and child development* (M.E. Lamb, Ed.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Radin, N. & Goldsmith, R. (1985). Caregiving fathers of preschoolers: Four years later. *Merrill-Palmer Quartely*.
- Radin, N. & Russell, G. (1983). Increased father participation and child development outcomes. In *Fatherhood and family policy* (M.E. Lamb & A. Sagi, Eds.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Radin, N. & Sagi, A. (1982). Childrearing fathers in intact families in Israel and the USA. *Merrill-Palmer Quartely*, 28: 111-136.
- Russell, G. (1982). Shared-caregiving families: An Australian study. In *Nontraditional families: Parenting and child development* (M.E. Lamb, Ed.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Russell, G. (1983). *The changing role of fathers?*. St. Lucia, Queensland: University of Queensland Press.
- Rutter, M. (1973). Why are London children so disturbed? In *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, 66: 1221-1225.
- Rutter, M. (1979). Maternal deprivation, 1972-1978: New findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 50: 283-305.
- Sagi, A. (1982). Antecedents and consequences of various degrees of paternal involvement in child rearing: The Israeli project. In *Nontraditional families: Parenting and child development* (M.E. Lamb, Ed.), Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Sears, R.R., Maccoby, E.E. & Levine, H. (1957). *Patterns of child rearing*. Evanston, IL: Peterson.
- Strecker, E. (1974). *Their mother's sons*. Philadelphia: Lippincott.
- Yankelovich, D. (1974). The meaning of work. In *The worker and the job* (J. Rosow, Ed.), Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

RESUMO

Embora de forma sucinta foram abordados neste

texto uma série de questões relativas ao envolvimento paterno nos cuidados da criança. Como já referimos, o intenso interesse actual da parte de académicos e investigadores pelos papéis e funções paternas, reflecte as últimas de uma série de mudanças na forma como a sociedade Norte-Americana conceptualiza e idealiza a paternidade. O nível médio de envolvimento paterno aumentou nos últimos anos, de forma compatível com a noção de «nova paternidade», embora o aumento tenha sido modesto. As mães continuam a dedicar mais tempo do que os pais à interacção ou disponibilidade para os filhos e, isto mantém-se mesmo quando ambos os progenitores estão empregados. Para além disso, a responsabilidade em última análise pelos cuidados e educação da criança mantém-se no domínio quase exclusivo das mães, enquanto que os pais «ajudam quando podem (ou quando é conveniente)». Vários factores, incluindo a motivação, competências e auto-confiança, o apoio e factores institucionais, parecem afectar os níveis de envolvimento paterno, mas muitos deles parecem reflectir manifestações dum outro pressuposto: os homens são primordialmente e fundamentalmente trabalhadores e fonte de rendimento, as mulheres são essencialmente educadoras.

Qualquer que seja o nível de envolvimento, os pais parecem de facto influenciar o desenvolvimento dos filhos tanto directamente, através da interacção, como indirectamente, devido ao seu impacto (positivo ou negativo) no clima sócio-emocional da família. As atitudes quanto aos níveis adequados de envolvimento paterno variam largamente.

O envolvimento paterno, quer de nível elevado quer de nível baixo, pode ser benéfico ou prejudicial para o desenvolvimento da criança consoante as atitudes e valores dos pais em questão. Assim, é de máxima importância reconhecer a diversidade intercultural e intracultural quando exploramos as influências paternas no desenvolvimento da criança.

ABSTRACT

A number of issues pertaining to paternal involvement in child care have been addressed, albeit briefly, in this article. As mentioned earlier, the current high degree of interest in paternal roles and functions on the part of scholars and researchers reflects the latest in a series of shifts in the way in which American society conceptualizes and idealizes fatherhood. Consistent with the notion of a «new fatherhood», the average level of paternal involvement has increased in the last several years, although the increase has been modest. Mothers still spend much more time than do fathers in interaction with or accessibility to their children, and this remains true even when both parents are employed. Furthermore, ultimate responsibility for child care and child rearing remains the near-exclusive province of mothers, while fathers «help out when they can (or when it is convenient)». A number of factors, including motivation, skills and self-confidence, support, and institutional factors, appear to affect levels of parent involvement, but many of these reflect manifestations of an underlying assumption: Men are first and foremost workers and breadwinners, women are primarily nurturers.

Whatever the extent of their involvement, fathers do appear to influence their children's development, both directly by means of interaction and indirectly by virtue of their impact (positive and negative) on their family's social and emotional climate. Attitudes concerning appropriate levels of paternal involvement vary widely. Thus, paternal involvement, whether of a high or low level, can be beneficial or harmful to child development, depending on the attitudes and values of the parents concerned. It is thus critically important to recognize intercultural and intracultural diversity when exploring paternal influences on the child development.